



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Ofício nº 45/2016-CSJE
Protocolo CIA nº 01003892-83.2016.811.0000

Cuiabá, 17 de agosto de 2016

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da OAB/MT
LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS

17/8
E - A OAB/MT
(C. D. Conselho - OAB/MT)
União
II - Divulgar a decisão
em nome da OAB/MT

Senhor Presidente:

Leonardo Pio da Silva Campos
Presidente

Em atenção ao Ofício nº 004/2016-COJESP-OAB/MT, Cia
0103892-83.2016.811.0000, encaminho a Vossa Excelência a decisão proferida pelo
Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, a respeito da suspensão das
ações em desfavor das empresas de Telecomunicações, a qual foi referendada pelo
Conselho, para conhecimento, a qual servirá de diretrizes em relação às ações judiciais
que envolva telefonia.

17/08/16

Informo ainda que, a referida decisão foi encaminhada a todos os Juízes dos Juizados Especiais.

Respeitosamente,

Rosa Inês Lara

Gestora Administrativa do
Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais

PROTÓCOLO: 0011840/2016 17/08/2016 16:05

TIPO: OFÍCIO

INTERESSADO: PODER JUDICIÁRIO DE GUIABÁ/MT - SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS

CLASSIFICAÇÃO: PRESIDÊNCIA

EMITIDO POR: AGLA JAKLINE DE ARAUJO RODRIGUES

Agla Jakline de Araujo Rodrigues
Ass. Adm. Secretária - CABIMT

(CARTEIRO/ASSINATURA)





ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

Órgão Consultor: – Turma Recursal, por meio de seu Presidente – Juiz de Direito – Dr. Valmir Alaércio dos Santos

Assunto: - Suspensão das ações em desfavor das empresas de Telecomunicações alcançadas pela decisão proferida na Ação de Recuperação Judicial n. 0203711-65.2016.8.19.0001

Egrégio Conselho,

Trata-se de consulta formulada pelo Exmo. Sr. Dr. Valmir Alaércio dos Santos, na qualidade de Presidente da Turma Recursal, a respeito da suspensão das ações em desfavor das empresas de Telecomunicações alcançadas pela decisão proferida na Ação de Recuperação Judicial n. 0203711-65.2016.8.19.0001, pelo Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro-RJ.

O douto magistrado justifica a consulta, ressaltando que, aparentemente, o Enunciado 51 do FONAJE contraria o teor da determinação contida na decisão, uma vez que permite a continuidade das ações de conhecimento contra empresas em recuperação judicial, até a prolação da sentença de mérito, para a constituição do título executivo judicial.

Diante dessa situação, formula a consulta, para dirimir as seguintes dúvidas: a) se deve ser determinada a suspensão do trâmite das ações cognitivas, na fase em que se encontram, pelo prazo de 180 dias; b) em caso de haver pedidos de tutelas de urgências, se podem ser apreciados pelo Juízo, para evitar a ocorrência de prejuízo à parte, antes de ser determinada a suspensão da ação; c) se poderão ser realizadas as possíveis audiências de conciliação ou de instrução e julgamento já agendadas; d) se na fase de execução tiverem sido bloqueados valores pelo Sistema BACEN JUD, ou realizados pagamentos voluntários, se tais verbas podem ser liberadas, por meio de alvarás judiciais, em favor dos autores; e) quando o feito estiver na fase de execução, se deve ser



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

expedida certidão de crédito para fins de o credor efetuar a habilitação no processo de recuperação judicial, e arquivado o feito; f) se os processos que se encontram na fase recursal devem ser suspensos no juízo *a quo*; g) se os recursos inominados pendentes de julgamento na Turma Recursal devem ser suspensos.

Importa ressaltar que juntamente com o ofício que encaminhou a consulta, foi recebido um ofício pela OAB-MT (004/2016/COJESP-OAB/MT), requerendo seja dirimida dúvida também em relação ao prosseguimento das demandas na qual já tenha sido realizado o pagamento espontâneo pela empresa, ou já efetivada a constrição judicial em espécie, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

É o relato necessário.

PARECER.

É fato que a Oi Telefonia protocolou na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro um pedido de recuperação judicial, confessando dívida de R\$ 65 bilhões de reais. Nesta ação, o Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana concedeu a liminar pleiteada pela empresa, determinando a suspensão - por 180 dias - de todas as ações e execuções contra as empresas de telecomunicações do Grupo Oi.

A decisão beneficia as empresas Oi, Telemar Norte Leste, Oi Móvel, Copart 4 e 5 Participações, Portugal Telecom e Oi Brasil.

Segundo nota divulgada pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a decisão tem por objetivo **“evitar que novas ações judiciais sejam realizadas entre o pedido de recuperação judicial e eventual aceitação por parte do juízo.”**

Por outro lado, é sabido que no Estado de Mato Grosso, assim como em outros Estados brasileiros, existe um grande número de ações judiciais contra este grupo empresarial, especialmente as que pleitejam



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUOLIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

indenizações por danos morais e/ou materiais em decorrência da má prestação de serviço ou inadimplemento contratual.

Também é certo que existem inúmeras ações em fase de cumprimento de sentença, nos Juizados Especiais, com bloqueio de numerário pelo sistema BACEN JUD (depositados na conta única e, por ora indisponíveis).

Assim, e considerando a finalidade da decisão que determinou a suspensão das ações, por ora e em decorrência do pedido de recuperação judicial não há alteração processual alguma em relação ao prosseguimento normal destas demandas. Isto porque o período de recuperação previsto na Lei nº 11.101/2005 somente se efetiva se - e quando - o juiz da causa deferir o pedido.

Esta suspensão se refere somente a eventuais novas ações e a execuções que possam gerar constrições judiciais, como bem explicou o próprio magistrado ao justificar a medida. Neste julgado monocrático, o próprio juiz da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro esclarece que as novas constrições judiciais não podem ser realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da recente recuperação judicial e o curso dos seis meses seguintes.

A suspensão tem vigência limitada a 180 dias e o objetivo é específico: evitar que, neste período, ocorram novas constrições judiciais. Não há, na decisão, referência alguma a processos judiciais em andamento, ou em que a constrição já tenha ocorrido.

Nesse contexto, há que se fazer uma distinção entre: a) os processos que se encontram ainda na fase de conhecimento e b) as execuções de título judicial em que a penhora e/ou o depósito já tenham sido efetuados. Isto porque, ao sofrer a constrição pela penhora em dinheiro, já sob a guarda de depositário, a empresa tem por satisfeita a obrigação, não mais podendo esta, portanto, integrar o rol de dívidas objeto de pedido de recuperação.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUOLIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

É este, aliás, o entendimento já manifestado pela 17ª Câmara Cível do TJRS no agravo nº 70067191171 em que os julgadores se reportam a decisão similar proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, no Conflito de Competência nº 105345. O julgamento expressamente consigna que a decisão que defere o processamento da recuperação judicial possui efeitos 'ex nunc', não retroagindo para atingir atos que a antecederam. Vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. DECISÃO QUE REVOGOU DECISÃO ANTERIOR COM O OBJETIVO DE EVITAR ATOS EXPROPRIATÓRIOS PARA PRESERVAR O PATRIMÔNIO DE EMPRESA EXECUTADA QUE SE ENCONTRA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA SOBRE FATURAMENTO DA EMPRESA REALIZADA ANTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE NÃO POSSUI EFEITOS RETROATIVOS. POSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO INDIVIDUAL, NO CASO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. Em se tratando de ação de execução ajuizada contra empresa que se encontra, atualmente, em recuperação judicial, permitir o prosseguimento dos atos expropriatórios vai de encontro ao princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47 da Lei 11.101/2005, que dispõe que a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação daquela, sua função social e o estímulo à atividade econômica. No caso, entretanto, o objeto da penhora é dinheiro que se encontra em poder do depositário muito antes do pedido de deferimento da recuperação judicial. Assim, recaindo a penhora sobre dinheiro, a execução já se encontra em etapa final de pagamento e, portanto, em fase extintiva da execução (artigo 794, I, do CPC), e não havendo previsão na Lei de Recuperação Judicial de atribuição de efeito retroativo para invalidar situações ou fatos processuais já consumados, é de se reformar a decisão agravada para



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA -- PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUZADOS ESPECIAIS

convalidar a decisão anterior que determinou a intimação da executada e do depositário para efetuar, no prazo de 5 dias, o depósito judicial do valor do 'faturamento líquido' penhorado de setembro de 2012 até abril de 2013. (AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. UNÂNIME. AGRAVO DE INSTRUMENTO - DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL - Nº 70067191171 (Nº CNJ: 0404495-90.2015.8.21.7000) (destaquei)

Desta feita, não há razão ou fundamento legal que justifique a suspensão do andamento das demandas onde já foi realizada a penhora, muito menos se o pagamento foi feito espontaneamente pela empresa. Aliás, é a interpretação literal da própria decisão carioca, que complementou a decisão concessiva da tutela antecipada, senão, vejamos:

"[...] em complementação à decisão proferida em tutela de urgência, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação às ações judiciais em curso em face das requerentes:

1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contra as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/73 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constrição judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida na impugnação, ou nos embargos, que tenha transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016):



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA - PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016):

3) As ações judiciais em curso, sejam as requerentes autoras ou rés, e que demandem quantia ilíquida, na forma prevista no art. 6º, § 1º da LRF, deverão prosseguir no juízo no qual estiverem se processando, até a execução;

4) Os provimentos jurisdicionais que traduzam constrição patrimonial ou que versem sobre o bloqueio ou penhora de quantia ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes, ou interfira na posse de bens afetos a sua atividade empresarial também deverão ser suspensos, na forma do que foi arrazoado acima, cabendo a este Juízo recuperacional a análise do caso concreto. [...]” (destaquei)

Veja-se, também, que o item 3 da decisão complementar vem ao encontro do conteúdo do ENUNCIADO 51 do FONAJE e, portanto, dirimida está a dúvida sobre a contradição com a decisão que determinou a suspensão das ações.

Assim sendo, a orientação é que sejam estritamente observadas as diretrizes traçadas pelo Juízo da Recuperação Judicial, que, dada à clareza nos itens acima transcritos, respondem os questionamentos de “a” a “g” formulados na consulta, tanto do Douto Juiz Presidente das Turmas Recursais, quanto da OAB-MT.

→ DA DECISÃO NO RECURSO ESPECIAL N. 1.525.174, DA RELATORIA DO MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUZADOS ESPECIAIS

Consigno, por relevante, que, embora a consulta seja referente à suspensão determinada pelo Juízo da Recuperação Judicial do Rio de Janeiro, necessário fazer uma observação para que **não haja confusão com a determinação contida na decisão tomada no Recurso Especial n. 1.525.174, da relatoria do Ministro Luis Felipe Salomão, que versa sobre inexistência de cobrança e repetição de indébito, dano moral e responsabilidade civil de consumidora contra a empresa Brasil Telecom S. A.**

Naquele Recurso Especial, após a primeira decisão, o Ministro ainda proferiu outra, esclarecendo que ficam suspensas todas as ações que versem sobre:

- A indevida cobrança de valores referentes à alteração do plano de franquia / plano de serviços sem a solicitação do usuário, com o conseqüente pedido de indenização por danos morais, em contrato de prestação de serviços de telefonia fixa.
- A ocorrência de dano moral indenizável, em virtude da cobrança de serviços advindos da alteração do plano de franquia / plano de serviços de telefonia fixa sem a solicitação do usuário, bem como, se configurado o dano, seria aplicável o reconhecimento "in re ipsa" ou a necessidade de comprovação nos autos.
- Prazo prescricional incidente em caso de pretensão à repetição de valores supostamente pagos a maior ou indevidamente cobrados em se tratando de serviços não contratados de telefonia fixa advindos da alteração do plano de franquia / plano de serviços sem a solicitação do



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

usuário, - se decenal (artigo 205 do Código Civil), trienal (artigo 206, § 3º, IV, do Código Civil) ou outro prazo;

- Repetição de indébito simples ou em dobro e, se em dobro, se prescinde, ou não, da comprovação da má-fé do credor (artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor) ou da sua culpa (imprudência, negligência e imperícia);
- Abrangência da repetição de indébito - se limitada aos pagamentos documentalmente comprovados pela autora na fase instrutória ou passível de o quantum ser apurado em sede de liquidação de sentença, mediante determinação à parte ré de apresentação de documentos.

O Ministro mencionou a importância da prevenção de decisões conflitantes de modo a conferir economia processual que por sua vez minimiza a duração do processo (princípio constitucional da razoável duração do processo), além de impedir a movimentação desnecessária da máquina judiciária.

Por fim, considerou que a suspensão não obsta a propositura de novas demandas, bem como a concessão de tutela provisória de urgência, em caso de efetiva necessidade, desde que estejam presentes os requisitos do CPC.

Veja-se que as causas de suspensão determinadas no Recurso Especial e na Ação de Recuperação Judicial não se confundem, mas pode gerar dúvidas. Eis a razão do esclarecimento.

Respondida, então, a consulta encaminhada ao Conselho da Supervisão, com os necessários adendos para que não haja conflito de determinações ou confusões com ações de telefonia.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

DES. JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA – PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS

Após o referendo do Conselho, este parecer toma corpo de decisão, que deverá ser levada a conhecimento de todos os Juízes dos Juizados Especiais, bem como da OAB-MT, para servir de diretriz em relação às ações judiciais que envolva telefonia.

É o parecer, que submeto ao referendo do Conselho de Supervisão dos Juizado Especiais.

Des. José Zuquim Nogueira

Presidente do Conselho de Supervisão dos JE

Vertical lines and markings on the left side of the page, possibly representing a margin or a list of items.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CUIABÁ
TURMA RECURSAL ÚNICA

Ofício nº 23/2016/GAB

Cuiabá (MT), 04 de julho de 2016.

Recebido em 05.07.2016
Adriana

Senhor Desembargador Presidente do Conselho
de Supervisão dos Juizados Especiais;

Como é público e notório, o Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro-RJ, **deferiu o pedido de tutela de urgência**, no dia 21.06.2016, na ação de recuperação judicial nº 0203711-65.2016.8.19.0001 (cópia anexa), e **determinou a suspensão, por 180 dias, de todas as ações e execuções** movidas contra as empresas de telecomunicações Oi, Telemar Norte Leste, Oi Móvel, Copart 4 e 5 Participações, Portugal Telecom e Oi Brasil, nos seguintes termos:

“Isto posto, defiro o pedido de tutela de urgência, para determinar:

a) A suspensão de todas as ações e execuções contra as Recuperandas, pelo prazo de 180 dias, de modo a evitar que constrições judiciais sejam realizadas no período compreendido entre o ajuizamento da presente recuperação judicial e o deferimento do seu processamento.”

Consta também em notícias amplamente publicadas em todas as mídias, que no dia 29.06.2016 foi aceito, pelo referido magistrado, o pedido de recuperação judicial do Grupo OI (cópia anexa).

Por outro lado, há a orientação contida no Enunciado nº 51 do FONAJE de que as ações de conhecimento, contra empresas em recuperação judicial, podem prosseguir até a sentença, *in verbis*:

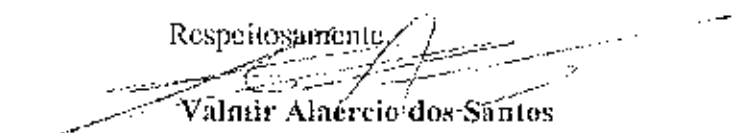
“ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria”.

Diante do teor do referido Enunciado, mas como há **determinação expressa**, na recuperação judicial, de **suspensão de todas as ações e execuções** contra o referido grupo econômico, por 180 dias, para que haja orientação ou recomendação uniforme a todos os Juízes de Direito que atuam no Juizado Especial do Estado de Mato Grosso, consulto a Vossa Excelência, como proceder em relação aos processos que estão tramitando, ou em novas ações que venham a ser ajuizadas:

- a) se deve ser determinada a suspensão do trâmite das ações cognitivas, na fase em que se encontram, pelo prazo de 180 dias?
- b) se houverem pedidos de tutelas de urgência estes podem ser apreciados pelo Juízo, para evitar a ocorrência de prejuízo à parte, antes de ser determinada a suspensão da ação?
- c) se tiverem audiências de conciliação ou de instrução e julgamento agendadas estes atos processuais devem ser realizados?
- d) se na fase de execução tiverem sido bloqueados valores pelo Sistema BACEN JUD ou realizados pagamentos voluntários, tais verbas podem ser liberadas, por meio de alvarás judiciais, em favor dos autores?
- e) quando o feito estiver na fase de execução, se deve ser expedida certidão de crédito para fins de o credor efetuar a habilitação no processo de recuperação judicial, e arquivar o feito?
- f) os processos que se encontram na fase recursal, também devem ser suspensos no juízo *a quo*?
- g) os recursos nominados pendentes de julgamentos na Turma Recursal devem ser suspensos?

Estas são as consultas, pois havendo orientação ou recomendação de Vossa Excelência, aos Juízes de Direito, sobre como devem proceder nas ações em trâmite contra o Grupo OI poderá haver a uniformização das decisões, com benefícios para a prestação jurisdicional em todo o Estado.

Respeitosamente,


Valdir Alarcão dos Santos

Juiz de Direito – Presidente da Turma Recursal

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DESEMBARGADOR JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA
DD. PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO
CUIABÁ – MT**



OFÍCIO 004/2016/COJESP-OAB/MT

Cuiabá, 06 de julho de 2016.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

Desembargador **JOSÉ ZUQUIM NOGUEIRA**

Presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais de Mato Grosso.

0103892-83.2016.813.0004
Protocolo Geral - TJMT
ADMINISTRATIVA
Data: 15/07/2016 10:03:22
Hora: 10:03:22
No.: 103892/2016

Ref.: Suspensão das Ações em desfavor da Brasil Telecom.

Senhor Desembargador,

Em 21.06.2016 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das Empresas (OI S.A, Telemar Norte Leste S.A, OI Móvel S.A, COPART 4 Participações S.A, COPART 5 Participações S.A, Portugal Telecom International Finance B.V, OI Brasil Holding COOPERATIEF U.A), suspendendo todas as execuções em desfavor das empresas acima citadas.

Acontece Excelência, que alguns magistrados no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis de Mato Grosso, vem suspendendo as demandas na qual já foi realizado o pagamento espontâneo pela empresa, ou, foi efetivada a constrição judicial em espécie. Conforme demonstrado através dos anexos.



Tal decisão é uma afronta a própria decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, senão vejamos um trecho da decisão:

"Ante o exposto, em complementação à decisão proferida em tutela de urgência, determino a aplicação das seguintes diretrizes em relação as ações judiciais em curso em face das requerentes:

- 1) Ficam suspensas todas as execuções, sejam elas extrajudiciais ou de cumprimento de sentença, provisórias ou definitivas, inclusive as execuções através das quais estejam sendo cobradas as multas e/ou sanções administrativas aplicadas contras as devedoras, excetuando-se as que tenham sido extintas por sentença (art. 794, I do CPC/1973 ou art. 924, II do atual CPC), ou aquelas em que, efetivada a constricção judicial em espécie, tenham decorrido o prazo para impugnação pelo devedor, ou, ainda, a sentença proferida*



MATO GROSSO

na impugnação, ou nos embargos, que tenham transitado em julgado. Na hipótese, tanto a prolação da sentença como a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito ou o trânsito em julgado da sentença que julgou a impugnação apresentada pela devedora, terão como marco final a data anterior à decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016); (Grifo Nosso)

2) A extinção da execução ou, a certificação do decurso do prazo para impugnação do débito pelo devedor, na forma acima preconizada, autoriza a expedição de alvará ou mandado de pagamento, se já houver valor depositado, antes da data anterior a decisão que deferiu a tutela de urgência (21/06/2016);”(Grifo Nosso)

Portanto, nos parece ser possível o prosseguimento das demandas na qual já tenha sido realizado o pagamento espontâneo pela empresa, ou, já efetivada a constrição judicial em espécie, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.



Nesta esteira, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Mato Grosso, REQUER se digne Vossa Excelência, observando o disposto no artigo 10, incisos I e III do Regimento Interno deste r. órgão¹, SUSCITAR DÚVIDA a ser dirimida com urgência pelo Egrégio Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, determinado o prosseguimento das demandas acima citadas, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso.

Termos em que pede deferimento.

Cuiabá, 06 de julho de 2016.

~~LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS~~
Presidente da OAB/MT

~~RAPHAEL NAVES DIAS~~
Presidente COJESP - OAB/MT

~~NALLIAN B. CINTRA MACHADO~~
Vice-Presidente COJESP - OAB/MT

¹ Art. 10. Compete ao CONSELHO:

I - Funcionar como órgão consultivo e de planejamento superior dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso;

[...]

III - Dirimir as dúvidas que lhes forem submetidas pelo Presidente ou pelos seus Membros, sobre a interpretação e execução de norma regimental ou a ordem dos feitos de sua competência;



ROL DE ANEXOS

1 – Decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial das empresas: OI S.A, Telemar Norte Leste S.A, OI Móvel S.A, COPART 4 Participações S.A, COPART 5 Participações S.A, Portugal Telecom International Finance B.V, OI Brasil Holding COOPERATIEF U.A;

2 – Decisões suspendendo as demandas na qual já foi realizado o pagamento espontâneo pela empresa, ou, foi efetivada a constrição judicial em espécie

